

Constituinte já credenciou 837 lobistas

As vésperas do início da votação do polêmico Título VII, que trata da Ordem Econômica, os lobistas se armam para o que consideram ser a batalha decisiva de uma guerra iniciada há meses. Na segunda vice-presidência da Constituinte, responsável pelo credenciamento de entidades — ou, em última análise, lobistas —, o movimento não mudou. Diariamente chegam vários pedidos de credenciamento, exatamente como ocorreu nos últimos 14 meses. Até ontem 837 credenciais haviam sido expedidas. Mas nos gabinetes dos constituintes, nos corredores e principalmente no Salão Verde do Congresso já pode ser contemplada uma movimentação nada discreta — e maior do que a normal.

Os interesses em jogo são muitos — e envolvem poderosos. Há lobbies fortes, como o das companhias distribuidoras de petróleo, que querem ver banida do texto constitucional a esta-tização da distribuição do produto. Em contrapartida existem lobbies essencialmente ideológicos, que atuam sabendo de suas limitações e tendo consciência de que dificilmente conseguirão sensibilizar a maioria dos constituintes. E o caso do Partido Verde, que trabalha com quatro lobistas no Congresso, ao lado de alguns partidos de esquerda. O PV, na Ordem Econômica, briga pela definição de um conceito de empresa nacional que não beneficie o capital estrangeiro, além de torcer pela aprovação de uma relação capital-trabalho que não comprometa os avanços sociais já conquistados.

PETRÓLEO

Nos próximos dias devem desembarcar no Congresso Nacional centenas de lobistas para trabalhar em torno de uma das questões mais polêmicas discutidas pela Constituinte: a distribuição do petróleo. Em Belo Horizonte, por exemplo, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais organiza uma caravana de proprietários de postos. Eles virão a Brasília com todas as despesas pagas pelo Sindicato, a fim de fornecer aos constituintes informações para que rejeitem a comercialização da gasolina e do álcool pelos Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR).

Quando chegarem a Brasília, porém, já encontrarão os próprios TRR atuando como lobistas. Na defesa de sua categoria, eles estão no Congresso desde o fim dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Somente ontem circulavam pelos corredores cerca de 150 empresários. Eles armaram um bem estruturado lobby, que inclui distribuição de brindes e adesivos, além de muita conversa com os constituintes.

As indústrias farmacêuticas brasileiras também armam sua estratégia. O movimento de Defesa da Empresa Nacional, integrado por diversas indústrias do setor químico-farmacêutico, vai se encontrar amanhã em Brasília com a Frente Parlamentar Nacionalista. Em pauta, a discussão de como agir para garantir a manutenção do conceito de empresa nacional aprovado pela Comissão de Sistematização.

SUBSOLO

Outra questão que promete lances emocionantes na votação do título da Ordem Econômica diz respeito ao subsolo e a propriedade dos minerais. Os partidários da nacionalização do subsolo começaram a agir. Ontem entregaram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e a todos os constituintes uma carta, onde defendem que os recursos minerais devem ser considerados bens da União e também se posicionam em favor do monopólio estatal do petróleo e dos minerais radioativos. No ato de entrega da carta a Ulysses, constituintes da Frente Nacionalista e representantes de 14 entidades, pediram autorização para afixar em local de destaque um mapa da Amazônia Legal com as áreas assinaladas onde há atividades de mineradoras estrangeiras. Ao todo, são 19 por cento do território nacional.

Multa eleitoral pode ter anistia

Os eleitores que deixaram de votar nas eleições de 15 de novembro de 1986 não deverão pagar a multa prevista em lei por isso. O deputado José Moura (PFL/PE) apresentou projeto na Câmara que concede anistia de multa eleitoral.

Para compensar a não-designação de recursos ao "Fundo Partidário" — mantido também por recursos provenientes de multa aos eleitores faltosos — o deputado pernambucano estabelece que o governo destinará ao orçamento de 89 dotação necessária a complementar o fundo dos partidos políticos.

Ulysses cede e põe os pequenos na Comissão

A Comissão de Redação da Assembléia Nacional Constituinte, logo após ser instalada por Ulysses Guimarães às 14 horas de ontem, começou a enfrentar problemas: os deputados Siqueira Campos e Ademir Andrade, líderes do PDC e do PSB, respectivamente, reclamaram da não inclusão de representantes dos dois partidos no grupo encarregado de dar o texto final da Constituição.

A comissão, portanto, deverá ter aumentado o seu quadro em mais dois constituintes, apesar da resposta, rispida, de Ulysses Guimarães ao deputado Ademir Andrade, de quem ouvira a reclamação de que o PSB não aceitaria ficar de fora do grupo: "O PSB não tem o direito de não aceitar ficar de fora".

Depois disse ao constituinte paraense que "quem decide isso sou eu". Deverá decidir no sentido de incluir um representante do PSB entre os membros da comissão. O PDC já indicou José Maria Eymael para representá-lo.

O problema da comissão, contudo, não é este; ela o recebeu ontem das mãos do deputado Ulysses Guimarães: analisar, nos próximos 12 dias, e oferecer sugestões ao trabalho de "garimpagem", que o deputado Bernardo Cabral e seus relatores adjuntos fizeram de toda a matéria já votada, desde o preâmbulo até o artigo 107.

Essa é a tarefa imediata da Comissão de Redação da Assembléia Nacional Constituinte. O objetivo básico, contudo, é, de acordo

com a informação do senador Jarbas Passarinho (co-presidente da comissão), "começar a fazer já o texto que pode ser o definitivo".

Eles começam então, sob a presidência de Ulysses Guimarães, antes mesmo de concluída a votação do primeiro turno, a fazer a redação final do projeto de Constituição, que o presidente da Constituinte pretende promulgar no máximo até o final de junho.

Mas a comissão não tem competência para modificar o projeto — qualquer parte — no seu mérito. Ela se encarregará apenas do aperfeiçoamento do texto, nos seus aspectos redacionais e jurídicos. E para isso que integram o grupo de trabalhos os professores Celso Cunha e José Afonso da Silva.

O senador Jarbas Passarinho observa que "nós vamos analisar o trabalho do Bernardo Cabral que, mais do que uma garimpagem, como ele disse, é um trabalho de cinzel, com a limpeza de todas as incorreções e incoerências".

O deputado Konder Reis — ele fez a revisão final da emenda constitucional de 1967, na madrugada de sua promulgação — também ressalta que a Comissão de Redação não pode entrar no mérito das matérias aprovadas, mas apenas "impar" o projeto.

É a mesma opinião de Adolfo Oliveira. Ele lembra que os assessores da emenda constitucional de 1967 "foram corridos" porque tentaram modificar o texto em sua essência.



Ulysses instalou a comissão que revisará Carta